RESOLUÇÃO Nº 187, DE 25 DE OUTUBRO DE 2005

O CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, resolve:

I - Autorizar a emissão da 2ª via do Atestado de Registro e/ou CEAS das seguintes entidades:

01) Processo nº 44006.001282/1999-64 - Associação Valadarense de Aposentados e Pensionistas - Governador Valadares - MG - CNPJ: 86.717.956/0001-24 - Assunto: 2ª Via Atestado de Registro

02) Processo nº 28987.012942/1995-19 - Conselho Arquidiocesano das Associações de Caridade de São Vicente de Paulo - Curitiba - PR - CNPJ: 76.710.920/0001-65 - Assunto: 2ª via Atestado de Registro

03) Processo nº 28996.020753/1994-01 - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Guarulhos - Guarulhos - SP - CNPJ: 51.372.217/0001-63 - Assunto: 2ª Via do CEAS

04) Processo nº 44006.000784/2000-92 - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Iracema - Iracema - CE - CNPJ: 02.945.180/0001-00 - Assunto: 2ª Via do Atestado de Registro

05) Processo nº 28977.011215/1994-09 - Fundação Benjamin Melo - Fortaleza - CE - CNPJ: 69.697.852/0001-86 - Assunto: 2ª Via Atestado de Registro

06) Processo nº 28987.009438/1993-71 - Associação Beneficente Menino Jesus - ABEMJE - São João do Caiuá - PR - CNPJ: 76.716.125/0001-84 - Assunto: 2ª Via do Atestado de Registro

07) Processo nº 44006.007153/1998-53 - Ação Social Portas Abertas - Ribeirão das Neves - MG - CNPJ: 01.428.073/0001-41 - Assunto: 2ª Via Atestado de Registro

08) Processo nº 28996.020516/1994-88 - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Itararé - Itararé - SP - CNPJ: 50.343.177/0001-69 - Assunto: 2ª Via Atestado de Registro

09) Processo nº 28987.011145/1994-16 - Associação Assistencial de Guaíra - Guaíra - PR - CNPJ: 75.564.625/0001-85 - Assunto: 2ª Via Atestado de Registro

II - Esta Resolução entra em vigor a partir na data de sua publicação.

MARCIA MARIA BIONDI PINHEIRO
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 188, DE 20 DE OUTUBRO DE 2005.

O Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, em reunião ordinária realizada em 18, 19 e 20 de outubro de 2005, no uso da competência que lhe confere o artigo 18, incisos II e IV, da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS;

Considerando a prática de convênios de transferências de recursos próprios entre Entidades Beneficentes de Assistência Social;

Considerando a necessidade de normatização e padronização da prática de controle e lançamento da gratuidade; resolve:

Art. 1º - Estabelecer que as Entidades Beneficentes de Assistência Social possam celebrar entre si ou com entidades que tenham convênios de parceria com gestores Municipais e/ou Estaduais e do Distrito Federal, convênios especiais para execução de projetos sociais específicos.

Art. 2º - Para a realização dos convênios de que trata o artigo 1º, as Entidades devem firmar um instrumento jurídico, constando os deveres e obrigações, bem como o objeto e o público alvo a ser beneficiado, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social, e as especificações desta resolução.

Art. 3º - Para controle dos convênios celebrados, a Entidade Conveniada deverá manter os valores recebidos em conta bancária específica e a medida em que os gastos com o projeto forem ocorrendo, deverá ir baixando os respectivos valores nos registros contábeis específicos.

Art. 4º - A Entidade Conveniente poderá considerar como gratuidade os valores empregados nos convênios especiais.

Art. 5º - A Entidade Conveniada não poderá lançar o recebimento em receitas assim como em gastos a aplicação no projeto, devendo manter o controle em contas patrimoniais, objeto do convênio, e não poderá ser considerado como despesa de gratuidade na contabilidade da Conveniada.

Art. 6º - A Entidade conveniada deverá entregar para a conveniente uma cópia do seu Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício - DRE e das suas Notas Explicativas (conforme previsto no Decreto nº 2.536/98), devidamente assinada por profissional competente e pelo representante legal da instituição, para que esta anexe aos relatórios de prestação de contas ao CNAS, quando da solicitação ou renovação do CEAS.

Art. 7º - Após o encerramento do projeto objeto do convênio especial, havendo saldo remanescente da verba, a CONVENIADA deverá reconhecer esse valor como RECEITA DE DOAÇÃO para fins de custeio.

Art. 8º - No instrumento jurídico, pactuado entre as partes, deve constar obrigatoriamente que, se porventura a CONVENIADA aplicar os recursos disponíveis em investimentos de retornos financeiros, durante a execução do projeto, tais receitas deverão ser investidas obrigatoriamente no projeto social objeto do convênio.

Art. 9º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º - Revogam-se as disposições em contrário.

MARCIA MARIA BIONDI PINHEIRO
Presidente do Conselho

Ministério do Esporte**GABINETE DO MINISTRO****RETIFICAÇÃO**

No Anexo I da Portaria nº 133, de 20 de outubro de 2005, publicado no D.O.U. de 21 de outubro de 2005, Seção 1, página 107, onde se lê: ...“Art. 23 - As etapas antecedentes da II Conferência Nacional do Esporte serão realizadas nos seguintes períodos:

I - Etapas Municipais de 16/11/2005 a 26/03/2006.

II - Etapas Estaduais e do Distrito Federal de 01/03/2006 a 23/04/2006.

Parágrafo único. Em nenhuma hipótese as etapas municipais poderão ser realizadas após a conferência de seu respectivo estado.”

Leia-se: ... “Art. 23 - As etapas antecedentes da II Conferência Nacional do Esporte serão realizadas nos seguintes períodos:

I - Etapas Municipais, de 16/11/2005 a 28/02/2006.

II - Etapas Estaduais e do Distrito Federal, de 01/03/2006 a 31/03/2006.”

Ministério do Meio Ambiente**AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS****RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 435, DE 3 DE OUTUBRO DE 2005**

Prorroga o prazo previsto no art. 6º da Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 428, de 4 de agosto de 2004, que dispõe sobre a atualização das curvas cota versus área superficial e cota versus volume para os reservatórios do Sistema Cantareira.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, III, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 9, de 17 de abril de 2001, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 178ª Reunião Ordinária, realizada em 3 de outubro de 2005, e o SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA - DAEE, do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, definidas nos arts. 9º e 10 da Lei do Estado de São Paulo nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991, tendo em vista os elementos constantes do Processo ANA nº 02501.000673/2004-86, e Processo DAEE nº 9805040, e

considerando a solicitação da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP feita à ANA e ao DAEE, por intermédio do documento MA nº 24/2005, de 4 de agosto de 2005, com o objetivo de prorrogar por seis meses o prazo para atualização das curvas cota versus área superficial versus volume dos reservatórios de Sistema Cantareira, prevista no art. 13 da Portaria DAEE nº 1213, de 6 de agosto de 2005, e no art. 6º da Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 428, de 4 de agosto de 2004;

considerando a aprovação da prorrogação de prazo pelo GT-Cantareira da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico - CT-MH do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, em sua 11ª Reunião, e pela própria CT-MH em sua 25ª Reunião, ambas realizadas em 27 de setembro de 2005; resolvem:

Art. 1º Fica prorrogado em seis meses o prazo previsto no art. 6º da Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 428, de 2004, para que a SABESP providencie a atualização das curvas cota versus área superficial e cota versus volume para os reservatórios do Sistema Cantareira.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MACHADO RICARDO BORSARI

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**PORTARIA Nº 76, DE 26 DE OUTUBRO DE 2005**

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, nomeado por Decreto de 3 de janeiro de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 6/01/2003, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 24, do Anexo I ao Decreto nº 4.548, de 27 de dezembro de 2002, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no D.O.U. da mesma data, o item VI do art. 95 do Regimento Interno aprovado pela Portaria GM/MMA nº 230, de 14 de maio de 2002, republicada no D.O.U. de 21 de junho de 2002; resolve:

Art. 1º Determinar a suspensão, pelo prazo de até trinta dias, do fornecimento de Autorização de Transporte de Produtos Florestais -ATPFs a pessoas físicas e jurídicas, consumidoras de matéria prima florestal no âmbito dos Estados do Pará, Rondônia e Maranhão.

Art.2º Determinar, até ulterior deliberação, a suspensão do credenciamento dos servidores que operam os Sistema de Fluxo de Produtos e Subprodutos da Floresta - SISMAD, Sistema Integrado de Controle e Monitoramento dos Recursos Florestais - SISPROF e Sistema Integrado de Cadastro, Arrecadação e Fiscalização - SICAF, no âmbito dos referidos Estados.

Parágrafo único. Os Gerentes executivos I e II, deverão indicar no prazo de 5 (cinco) dias os nomes dos novos servidores que deverão ser credenciados para operar os respectivos Sistemas.

Art. 3º Determinar, que no prazo de 15 (quinze) dias sejam implantados os sistemas de que trata o art. 2º, na Gerência Executiva II de Imperatriz, no Estado do Maranhão Escritório Regional de Altamira, no Estado do Pará.

Art. 4º Fixar o prazo de 60 (sessenta) dias para que as Diretorias de Florestas - DIREF e de Proteção Ambiental - DIPRO, concluem os trabalhos de que trata o art. 5º da IN 64, de 31 de março de 2005, no âmbito do Estado do Pará.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**GABINETE DO MINISTRO****PORTARIA Nº 300, DE 26 DE OUTUBRO DE 2005**

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no exercício da atribuição que lhe confere o inciso I do art. 64 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, e considerando a necessidade de adequar as fontes de recursos aprovadas, de modo a viabilizar a execução do Orçamento de Investimento para 2005, da Casa da Moeda do Brasil e da Companhia Docas do Rio Grande do Norte, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II a esta Portaria, as fontes de financiamento do Orçamento de Investimento constantes da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005, em favor da Casa da Moeda do Brasil e da Companhia Docas do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA